INTERNACIONAL



A onda fascista em que Bolsonaro surfa

Existem aqueles que ainda não perceberam o perigo que a ascensão de Bolsonaro representa, há os que dizem que o que ele fala fora de contexto é brincadeira e que a Constituição irá controlá-lo. Certamente, os que possuem essa percepção não têm uma concepção clara do que o candidato e seus correligionários representam se colocados num contexto global.

No início do século 20, a concorrência imperialista provocou a Primeira Guerra Mundial e o liberalismo econômico sem controle da época. O chamado "Laissez Faire", gerou a crise econômica de 1929, bem como a depressão dos anos seguintes. Grosso modo, a destruição provocada pela Primeira Guerra Mundial e a ânsia, particularmente da França, em punir a Alemanha derrotada, somadas à crise econômica dos anos 1920, causou graves problemas sociais e, consequentemente, políticos, que levaram à ascensão de regimes fascistas neste e em vários outros países

na década de 1930, assim como à deflagração da Segunda Guerra Mundial ao final da década.

Esse regime político que vigorou na época em países como a Itália, Alemanha, Polônia, Japão, Espanha, Portugal e até no Brasil, a partir da implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas, tinha como características principais o militarismo, governos ditatoriais e anticomunistas, além de um corte nacionalista que incluía Estados fortes e centralizados e a promoção do desenvolvimento econômico nacional.

Quando o regime foi derrotado, ao término da Segunda Guerra Mundial, o liberalismo econômico estava desmoralizado também, conforme demonstraram os resultados de várias eleições como, por exemplo, a britânica, e os vencedores adotaram um regime classificado por John Ruggie de "liberalismo embutido". Isso ocorreu com normas de proteção social constituídas, particularmente, pelos partidos social democratas e democratas cristãos, em alian-

ça com o movimento sindical, formando o *Welfare State* (Estado de bem-estar social) nos países industrializados, que perdurou durante os "trinta anos de ouro do capitalismo".

O debate político sobre a característica dos regimes democráticos nesse período desenvolveu-se, principalmente, sob a ótica da realização ou não de eleições livres, bem como da existência de instituições de Estado independentes e liberdade de expressão, o que excluía os países do regime do "socialismo real" e as ditaduras civis e militares de partidos únicos. Entretanto, apesar disso, nenhum governo "não democrático" era considerado como fascista clássico.

Como disse Karl Marx, a história somente se repete como farsa. A partir da crise de 2008 e de todas suas consequências econômicas graves, cresceu pelo mundo a onda fascista, pois desde os anos 1970 os governos dos países centrais não sustentaram mais os regimes de *Welfare State* e as mazelas sociais retornaram, assim como seus desdobramentos políticos. O mais criativo que os partidos social democratas conseguiram elaborar como alternativa foi a chamada "Terceira Via", combinando austeridade financeira e ajustes neoliberais com a manutenção de alguns direitos de menor alcance, o que não satisfez a maioria das populações dos países centrais.

Estados Unidos, Itália, Hungria e Polônia são alguns exemplos atuais onde governantes fascistas se instalaram com maior força, embora eleitoralmente os partidos de extrema direita também estejam em crescimento em outros países desenvolvidos como Alemanha, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Noruega e Suécia. Sua presença frente a governos de países como Filipinas, Turquia e Israel requerem explicações mais amplas.

No entanto, embora todos eles compartilhem ideais autoritários e nacionalistas com seus antepassados Mussolini, Hitler, Pilsudski, Franco e Salazar, entre outros, seu nacionalismo não é de modo algum desenvolvimentista. Pelo contrário. Tanto o fascismo do passado, quanto o atual, mantêm vínculos profundos com empresas que financiam ambos e se beneficiavam e se beneficiam das políticas de seus próceres, mas o fascismo atual se apoia no neoliberalismo e no capital internacional e não no

desenvolvimento nacional.

Temas como direitos humanos, liberdade de expressão e instituições republicanas, que nos anos 1930 já eram desprezados pelos fascistas, voltaram a sê-lo. Os personagens mencionados acima eram chamados de "líderes" pelos seus seguidores, no caso de Mussolini "Il Duce" e Hitler "Die Führer", e Bolsonaro é chamado pelos seus fãs de "Líder Supremo" nas redes sociais. Agora, se soma ao desprezo por estes temas a rejeição a políticas públicas de proteção social e a defesa dos direitos dos setores sociais mais vulneráveis como mulheres, negros, indígenas, imigrantes, LGBTs, entre outros.

O caso de Donald Trump nos Estados Unidos é o mais visível e não é à toa já que o republicano passou a controlar a partir de 2017 o hegemon do sistema internacional. Seu governo tem sido conturbado, alvo de polêmicas e já se considerou seu impeachment. O discurso de Trump é xenófobo, machista e homofóbico. Suas atitudes comprovam isso, além da insistência na construção do muro na fronteira com o México. A última foi a nomeação e aprovação de um juiz para a Suprema Corte acusado de ter abusado sexualmente de mulheres e a proposta de excluir as pessoas transgêneras da proteção da legislação federal.

Um dos principais aliados no cenário internacional dos Estados Unidos, Israel, também é um caso clássico. Apoiado no sionismo que defende a criação de um Estado judaico e sua autodeterminação, este país construído após a Segunda Guerra Mundial vem empreendendo desde então o genocídio dos palestinos. O exército israelense, bancado pelos americanos, é a ferramenta fundamental disso e da contínua expansão do território ao custo de milhares de vidas palestinas. Vale lembrar que uma relação mais estreita entre Brasil e Israel está nos planos de Bolsonaro e que o candidato é apoiado pelos defensores do país. É comum em manifestações dos "bolsonaristas" vermos bandeiras israelenses.

Na Europa, se considerarmos a União Europeia, que por si só já deveria ser um órgão internacional que defende a democracia liberal, há três países que se destacam hoje por terem governos autoritários e opostos aos imigrantes: Itália, Hungria e Polônia. Cronologicamente falando, o primeiro deles a cair

na mão da extrema-direita foi a Hungria em 2010, com a vitória do partido União Cívica Húngara do primeiro-ministro Viktor Orbán.

Em seguida, no ano de 2015, ocorreu a vitória do partido Lei e Justiça na Polônia que, desde 2017, tem como primeiro-ministro Mateusz Morawieck. Neste ano as eleições italianas consagraram a vitória dos partidos Liga Norte e Movimento 5 Estrelas. Eles se coligaram, se apresentaram como antissistema e discursaram contra a imigração. O primeiro-ministro é Giuseppe Conte, mas quem sempre está nos noticiários devido à retórica fascista é Matteo Salvini, líder do Liga Norte e atual ministro do Interior.

Nos três casos as semelhanças com o que ouvimos e vemos no Brasil atualmente são claras e têm gerado críticas da União Europeia. Orbán, por exemplo, apresentou recentemente um programa educacional que exclui do currículo escolar os estudos sobre gênero, o que seria, guardada as devidas proporções, uma espécie de "Escola sem partido" húngara. Isso também ocorreu na Polônia, onde qualquer menção a educação sexual foi vetada, dando lugar a uma grade extremamente nacionalista.

No caso da Hungria, o governo se recusa em receber imigrantes e criminaliza quem tenta ajudar os imigrantes ilegais. O governo polonês também tem praticado sucessivos abusos de poder, como uma reforma da Justiça que aposentou compulsoriamente cerca de trinta juízes da Suprema Corte.

Na Itália, Salvini, que inclusive já declarou apoio a Bolsonaro, vira notícia quase toda vez que resolve falar ou tomar ação sobre os imigrantes. Um de seus projetos era expulsar cem mil imigrantes por ano, o outro era fazer recenseamento dos ciganos que moram no país e expulsar aqueles que não são italianos. Logo após chegar à pasta do Interior, recusou que um navio, o Aquarius, repleto de imigrantes em situações desumanas, atracasse na costa italiana, gerando atrito com outros países do continente, entre

eles a França de Emmanuel Macron.

Saindo da União Europeia, a Turquia, do presidente Recep Tayyip Erdogan, que governa o país desde 2003, aprovou no ano passado uma mudança na Constituição para concentrar poderes na mão do Executivo como, por exemplo, a possibilidade deste de dissolver o Parlamento, emitir decretos e flexibilizar a duração de mandatos, o que torna possível a ele permanecer no poder até 2029. Além disso, atualmente a Turquia é o país que mais prende jornalistas, ao todo 143 segundo seus sindicatos e, sobre isso, o presidente chegou a dizer que não era possível ter democracia com veículos de imprensa livres.

Indo um pouco mais longe, as Filipinas são comandadas desde 2016 por Rodrigo Duterte que, assim como seu congênere brasileiro, aposta em uma retórica militarista e de tolerância zero na segurança. Em uma de suas inúmeras falas, afirmou que perdoaria aqueles policiais que, durante o trabalho, matassem traficantes ou usuários de drogas. Também possui uma admiração sombria pela período de ditadura militar que passou o país e, em relação a isso, chegou a afirmar que só haveria mudanças se agisse como ditador. O resultado foi que, desde sua posse, doze mil suspeitos foram executados sumariamente, segundo a ONG Human Rights Watch.

A onda em que Bolsonaro surfa é, portanto, mundial. Por isso, em seu pífio programa de governo, o candidato prioriza relações com os Estados Unidos, Itália e Israel. Respeitando as devidas diferenças históricas entre um país e outro, é o conservadorismo com contornos de autoritarismo e intolerância que está crescendo aqui e em outras regiões o que, em outras palavras, podemos chamar de fascismo. E essa barbárie possui o aval do mercado financeiro que já admitiu gostar da ideia de nosso país passar por um período autoritário para fazer as reformas econômicas que deseja, pois sabem que elas não teriam apoio popular.